

JURISTAS PELA DEMOCRACIA

ABJD
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
JURISTAS PELA DEMOCRACIA

MARÇO DAS MULHERES

UM SISTEMA DE JUSTIÇA PARA NÓS

Perguntamos para juristas da ABJD qual o Sistema de Justiça é necessário para contemplar as demandas e sonhos das mulheres brasileiras.



Maria Sant'Anna

"Um sistema de Justiça que não vacile em suas decisões, que tenha posicionamento humano, igualitário, dentro do justo, do equânime, sem hipocrisia, sem construções teóricas vazias, discriminatórias, preconceituosas, racistas e desigual Um Sistema de Justiça de fácil acesso".



Amanda Larêdo

"Um sistema que não revitimize, que escute com sensibilidade, que enfrente a violência de gênero com seriedade e celeridade, e que reconheça as desigualdades históricas que atingem de forma mais dura as mulheres negras, periféricas, indígenas, trans e com deficiência".



Fernanda Melo

"Um sistema que respeitando os regionalismos, vicissitudes, usos e costumes deste país de dimensões continentais".



Tereza Mansi

"Aquele que escuta com sensibilidade, acolhe sem julgamento e garante, na prática, os direitos das mulheres, combatendo desigualdades, rompendo silêncios e promovendo dignidade".



Fernanda Santos

"Um sistema que possa trazer a existência, direitos, deveres e prerrogativas iguais para Mulheres e Meninas, e toda a coletividade. Respeitando os regionalismos, vicissitudes, usos e costumes deste país de dimensões continentais. Visando assim garantir Justiça, Paz e Liberdade para todos os cidadãos desta Federação Brasileira."



Hadassa Freire

"Um Sistema de Justiça que tem paridade de gênero, prioriza mulheres negras, trans e travestis, compromissadas com a classe trabalhadora".



Ecila Meneses

"O Sistema de Justiça que eu quero deve garantir direitos e ser o amparo para quem sofre injustiça".



Ana Evangelista

"É aquele que nos reconhece, mulheres — especialmente nós, mulheres negras — como sujeitas de direitos, e não como números ou corpos descartáveis; um sistema que compreenda que gênero e raça estruturam desigualdades e, por isso, não pode continuar reproduzindo silenciamentos e violências."

ABJD EM MOVIMENTO ASSOCIAÇÃO PROTAGONIZA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Nos últimos três meses, a ABJD intensificou sua atuação em defesa do Estado Democrático de Direito, articulando ações no Brasil e no cenário internacional. No marco dos três anos dos atos golpistas de 8 de janeiro, a entidade acompanhou, no Palácio do Planalto, o veto ao PL da Dosimetria. Em seguida, a ABJD denunciou, junto a juristas internacionais no Tribunal de Haia, crimes contra a humanidade relacionados à invasão da Venezuela, após publicar nota condenando a escalada belicista e violações ao Direito Internacional na América Latina.

Ainda no campo internacional, a entidade também manifestou indignação diante de ataques contra civis no Irã, destacando a violação das Convenções de Genebra. Já no âmbito institucional, participou do lançamento da Escola Juízas e Juizes para a Democracia, reforçando o compromisso com os direitos humanos.

Ainda em março, a ABJD se posicionou sobre decisão do STF que enfrenta distorções disciplinares na magistratura, defendendo equilíbrio entre independência judicial e responsabilização.

Por fim, a Associação participou da I Conferência Internacional Antifascista em Porto Alegre (RS).

MÊS DAS MULHERES: SEGUIMOS DENUNCIANDO A VIOLÊNCIA E A INJUSTIÇA



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Março, marcado como o mês das mulheres, evidencia não apenas conquistas históricas, mas também a persistência de desigualdades e violências estruturais no Brasil. Dados e episódios recentes revelam um sistema de Justiça que, em muitos casos, ainda revitimiza mulheres, reforça o machismo e reproduz exclusões. A sub-representação feminina na magistratura identificada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — cerca de 36,8% — e na política, onde apenas 18% dos eleitos são mulheres, expõe um cenário de desigualdade nos espaços de poder.

Casos de violência política de gênero, decisões judiciais controversas e ataques a direitos garantidos, como os previstos na Lei Maria da Penha, ilustram um ambiente institucional que frequentemente falha em proteger mulheres, especialmente negras, LGBTQIA+ e de setores vulneráveis. Para a ABJD, o Judiciário segue distante de representar a diversidade social brasileira.

Diante desse contexto, março se consolida como um período de denúncia e mobilização. Organizações e movimentos reforçam a necessidade de uma democracia efetiva, com participação plena das mulheres, enfrentamento ao patriarcado e garantia de direitos. A luta segue nas ruas e nas instituições.



ABJD ACIONA JUSTIÇA E DENUNCIA PERSEGUIÇÃO INSTITUCIONAL CONTRA EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE DE GOIÂNIA



A ABJD ingressou com Ação Civil Pública contra o Estado de Goiás denunciando o que considera um caso emblemático de Lawfare contra o ex-secretário de Saúde de Goiânia, Elias Rassi Neto. Segundo a entidade, o gestor foi alvo de mais de 1.400 processos administrativos e judiciais em cerca de dois anos, sem que houvesse condenação, o que indicaria um padrão de perseguição institucional com impactos diretos na execução de políticas públicas do SUS.

De acordo com a ação, foram 1.426 procedimentos — média de 2,3 por dia útil — sendo mais de 1.200 apenas no Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO). Para a ABJD, o volume e a natureza das ações evidenciam uso abusivo de mecanismos de controle, sem comprovação de prejuízo ao erário ou dolo, com efeitos concretos na paralisação de iniciativas estruturantes da saúde pública.

O caso foi analisado pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás, após sustentação oral da advogada da ABJD, Fernanda Santos. Em nova audiência, o relator indicou avaliação de que o caso se trata de interesse individual, e não coletivo.

A ABJD afirma que a ação busca discutir os limites constitucionais da atuação sancionadora e resguardar o direito à boa administração pública. Para a entidade, órgãos de controle não podem ser utilizados como instrumentos de perseguição política, sob risco de comprometer a gestão do SUS e intimidar agentes públicos comprometidos com o interesse coletivo.

PLANEJANDO A RESISTÊNCIA: EXECUTIVA NACIONAL DA ABJD SE REÚNE EM BRASÍLIA

Nos dias 13 e 14 de março, a nossa Coordenação Executiva Nacional esteve reunida na capital federal para um momento de análise e planejamento. Os juristas analisaram o contexto político nacional e internacional, fundamentais para traçar os próximos passos da entidade na defesa da democratização do Sistema de Justiça e no enfrentamento às agendas golpistas.

A reunião também foi marcada por um momento especial de produção intelectual e militante: a apresentação de três obras do jurista Luiz Manoel Andrade Meneses, que contribuem diretamente para a nossa missão de democratizar o Sistema de Justiça, fornecendo subsídios teóricos contra o Lawfare e a precarização.

A unidade e organização de juristas comprometidos com a democracia é fundamental para uma nova sociedade.



A GUERRA HÍBRIDA CONTRA O BRASIL: O CERCO GEOPOLÍTICO E AS ELEIÇÕES DE 2026

Larissa Ramina

Professora de Direito Internacional da UFPR, Membro da ABJD



Foto: Alan Santos/PR

mente cumprem também a função de reorganizar o debate público interno, reposicionar lideranças em dificuldade e reconstruir legitimidade pela via da guerra. Quando esse movimento é observado em conjunto com a política dos EUA para a América Latina, o quadro ganha contornos ainda mais inquietantes.

A agressão ao Irã não diz respeito apenas ao Oriente Médio. Ela repercute diretamente sobre a economia global, pressiona preços de energia, afeta cadeias logísticas, encarece insumos e pode produzir impactos sensíveis sobre países periféricos ou semiperiféricos, entre eles o Brasil. Num contexto em que a estabilidade econômica é variável central de qualquer disputa eleitoral, uma guerra envolvendo EUA, Israel e Irã pode ter efeitos concretos sobre inflação, combustíveis, câmbio, custo de alimentos e percepção social de bem-estar. Em outras palavras: um conflito internacional dessa magnitude também pode interferir nas condições políticas da reeleição de Lula.

Entretanto, a dimensão decisiva dessa guerra é geopolítica. O ataque ao Irã não deve ser visto como um episódio isolado, nem como mera continuação do seu antagonismo histórico com os EUA. O Irã ocupa posição estratégica para a China, pela energia e pelas rotas logísticas vinculadas à inte-

gração eurasiática; é relevante para a Rússia, inclusive por sua cooperação no setor nuclear e por sua posição nas rotas que articulam o corredor Norte-Sul; e, sendo membro do BRICS, tornou-se parte de um arranjo mais amplo de contestação da ordem unipolar. Nessa perspectiva, a agressão ao Irã pode ser lida como um ataque indireto à Rússia, à China e ao conjunto dos BRICS. O alvo imediato é um Estado; o alvo estratégico é a multipolaridade em construção.

LEIA O ARTIGO COMPLETO



abjd.org.br/artigo/6377

Quando começaram a emergir novas revelações sobre a relação entre Donald Trump e Jeffrey Epstein, o governo estadunidense deslocou o centro da agenda internacional para a escalada militar contra o Irã. A coincidência temporal entre escândalo doméstico e ofensiva externa não pode ser lida apenas como acaso. Na história das grandes potências, crises internacionais frequente-

ABJD AMPLIA ALCANCE E FORTALECE COMUNICAÇÃO COM ALTA PRODUÇÃO E ENGAJAMENTO DIGITAL

A ABJD ampliou significativamente sua presença e alcance em 2025-2026, consolidando a comunicação como ferramenta estratégica de mobilização.

Nas redes sociais, o crescimento foi expressivo: o Instagram alcançou 6,7 mil novos seguidores e mais de 835 mil visualizações, com destaque para conteúdos em defesa da soberania nacional.

No período, foram produzidos mais de 70 vídeos curtos, um minidocumentário, quatro entrevistas longas, quatro informativos, além de centenas de materiais gráficos e mais de 70 matérias publicadas. As campanhas institucionais e a inserção qualificada na mídia fortaleceram a visibilidade da entidade. Além do Instagram, o desempenho também foi positivo no Facebook, TikTok e site, ampliando o engajamento e o alcance das pautas da ABJD.

EU-MULHER

Conceição Evaristo

Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.



EXPEDIENTE

Informativo Juristas pela Democracia
Realização: Secretaria de Comunicação da ABJD
Texto e diagramação: Gabriela Guedes

ABJD.ORG.BR

